

ACUMULAÇÃO DE RIQUEZA E RELAÇÕES DE PODER: particularidades sócio-históricas do Rio Grande do Norte

Adriana Elias da Silva¹

RESUMO

O trabalho tem por objetivo mostrar a relação entre concentração de riqueza e poder no Rio Grande do Norte. Sintetiza resultados da pesquisa "Desigualdade Social e Acumulação de Riqueza: particularidades Sócio-Históricas do Rio Grande do Norte" vinculada ao Grupo de Estudos e Pesquisa Trabalho, Ética e Direitos Humanos, do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Tenta-se explicitar de que maneira os processos de financeirização do capital, as fusões e incorporações dos grandes capitais está interligada à má distribuição dos recursos existentes, a criação de políticas sociais seletivas/excludentes, entre outros agravantes.

Palavras-chave: Desigualdade Social, Concentração de Riqueza, Relações de Poder.

ABSTRACT

The work aims to show the relationship between concentration of wealth and power in Rio Grande do Norte. Summarizes the results of the research "Social Inequality and Wealth Accumulation: Socio-Historical peculiarities of Rio Grande do Norte" linked to the Group of Studies and Research Work, Ethics and Human Rights, Department of Social Services at the Federal University of Rio Grande do Norte. We try to explain how the processes of financial character of capital, mergers and takeovers of big capital is linked to poor distribution of existing resources, creating social policies selective / exclusive, and other aggravating factors.

Keywords: Social Inequality, Concentration of Wealth, Power Relations.

¹ Estudante de Graduação. Universidade Federal do Rio Grande do Norte (FRN).
adriana_elias_silva@hotmail.com

1. INTRODUÇÃO

O artigo sintetiza resultados da pesquisa “Desigualdade Social e Acumulação de Riqueza: particularidades Sócio-Históricas do Rio Grande do Norte” vinculada ao Grupo de Estudos e Pesquisa Trabalho, Ética e Direitos Humanos, do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centra-se prioritariamente no acúmulo sobre a relação entre a concentração de riqueza poder político no Rio Grande do Norte, posto que tal relação se mostrou intrínseca no processo de coleta de dados. A pesquisa, que tem como objetivo principal investigar os mecanismos de reprodução de riqueza no estágio atual de financeirização do capital e a sua participação no desenvolvimento das desigualdades sociais evidencia que não se pode apartar o estudo sobre o desenvolvimento econômico das funções que o Estado desempenhou no processo de consolidação do capitalismo no Brasil. Importante sinalizar que essa apreensão é resultado tanto da discussão fartamente encontrada na literatura específica, como pela constatação do que foi encontrado na literatura do Rio Grande do Norte, a qual apresenta desafios para a continuidade da própria pesquisa. Há importantes estudos sobre o desenvolvimento econômico desde o processo de colonização, onde se pode identificar as bases da economia, setores e os agentes de concentração de riqueza. No entanto, a partir do século XX, a literatura privilegiará as relações de poder político desses agentes, secundarizando as atividades econômicas. É possível levantar alguns indicativos para essa realidade. A primeira e fundamental, é justamente pela centralidade que o Estado assumirá na reprodução das relações capitalistas de produção, desde sua regulação a favor do capital ao controle das políticas sociais. A disputa ou a resistência para não perder a hegemonia sobre o Estado será central para o capital. A outra é a dificuldade mesmo de acompanhar as atividades econômicas desses agentes diante das mudanças estratégicas de acúmulo de capital, entre elas a diversificação dessas atividades, que, no caso do Rio Grande do Norte se refere tanto a mescla de investimentos entre a área rural, histórica do processo de concentração fundiária e urbana, especialmente a partir da década de 60 e, as mudanças determinadas pela reestruturação produtiva, como os processos de financeirização do capital, as fusões e incorporações dos grandes capitais que repercutem em terras tupiniquins. Assim, é escassa a literatura que trate da atualidade de como se comporta o pólo da desigualdade social que acumula riqueza, objeto principal da citada pesquisa em andamento.

Assim, nesse texto, sintonizado com as explicações históricas em relação aos mecanismos políticos de acumulação de riqueza no Brasil, serão apresentadas as particularidades do Rio Grande do Norte, até a década de 70.

O Brasil passou por um processo de colonização, onde a burguesia externa manteve uma dominação exacerbada da economia, da política e da cultura. No período colonial existiam os considerados “senhores bons” de origem portuguesa, donos de sesmarias e de grandes propriedades rurais que, à vista do Império continuavam como os homens mais poderosos e ricos, ocupavam os cargos mais importantes no legislativo, executivo e judiciário no Brasil. Em relação a essa temática a autora Denise Mattos Monteiro (2002) evidencia que:

O poder político de fato, aquele exercido localmente pelo interior da capitania, estava nas mãos dos chamados “homens bons”, eles se autodenominavam desta forma, apenas eles tinham o direito de eleger e serem eleitos, eles eram os donos de terras e escravos. (MONTEIRO, 2002, p. 165).

Percebe-se que a concentração de riqueza no país se deu de forma desigual, através principalmente da concentração da propriedade por aqueles que estavam no poder, os quais perduram na contemporaneidade, visto que, como afirma Fernandes (1987, p.220):

A burguesia atinge sua maturidade, e ao mesmo tempo, sua plenitude de poder, sob a irrupção do capitalismo monopolista, mantidas e agravadas as demais condições, que tornaram a sociedade brasileira potencialmente explosiva, com o recrudescimento inevitável da dominação externa, da desigualdade social e do subdesenvolvimento. (FERNANDES, 1987, P. 220)

Não foi diferente no Rio Grande do Norte. O capitalismo no Brasil se desenvolve a partir e com a incorporação de uma concentração fundiária, até hoje não superada, caracterizando, ao menos até a década de 70, uma sintonia entre o arcaico e o moderno nas relações econômicas e políticas.

2. PARTICULARIDADES DO RIO GRANDE DO NORTE: A ALIANÇA ENTRE CAPITAL E PODER POLÍTICO

A relação de riqueza e poder no Rio Grande do Norte não poderiam seguir uma linha de pensamento diferenciada da história do Brasil, indubitavelmente quando se fala dos detentores do poder e da riqueza no estado, depara-se que são aqueles os “donos” das terras e que, em geral, estão envolvidos na política local. A partir de mapeamento das oligarquias do Rio Grande do Norte no período republicano, podemos reafirmar essa premissa.

A primeira Oligarquia que dominou a economia e a política foi a da família Albuquerque Maranhão. Destaca-se a figura de Pedro Velho de Albuquerque Maranhão, considerado quem proclamou a República no Rio Grande do Norte (1892-1896), sendo conseqüentemente o primeiro governador do estado. Depois dele, será eleito para governador Joaquim Ferreira Chaves Filho, apoiado pela mesma família

(1896/1900 – 1914/1920). Depois foi a vez de Alberto Maranhão (1900/1904 e 1908/1914). Eles dominaram a economia açucareira durante praticamente todo o século XIX, quando exportavam o produto. Todavia, quando o açúcar perde seu valor econômico no país eles também perdem espaço no poder político.

A família que “substitui” os Albuquerque Maranhão foi a dos Bezerra de Medeiros. Essa família era tradicional da região do Seridó², exportavam o algodão para a Inglaterra, e além de dominar a região com este produto também se envolveram com as campanhas eleitorais do Estado. José Augusto Bezerra de Medeiros (1924/1928) e Juvenal Lamartine de Faria (01/01/1928 – 05/10/1930) eram filhos de tradicional família do Seridó. José Lamartine foi retirado do poder pela revolução de 30, encerrando o ciclo da primeira república (república velha). Portanto os séc. XIII e XIX e metade do séc. XX o estado do Rio Grande do Norte foi “dominado” basicamente pelas duas famílias supracitas. Todavia, como vimos, esse domínio não foi só na política e sim na economia também, prevalecendo a economia do açúcar pelos Albuquerque Maranhão e a do algodão pelos Bezerra de Medeiros.

Sabe-se que desde a colonização do nosso país o poder político e econômico tradicionalmente se concentra nas mãos de famílias, porém estas se “reciclam” com o passar do tempo. Foi assim no Império, nas monarquias e continuou assim no regime democrático. No Rio Grande do Norte, no século XX três famílias concentram a maior parte do poder político no estado há mais de 50 anos. Tratam-se das famílias Alves, Maia e Rosado. Muitos dessas famílias detêm o poder midiático, todavia não se domina, em termos de levantamento, a totalidade de atividades que exercem do poder econômico, pois “a burguesia brasileira cede seu poder econômico para manter o poder político, que, diga-se de passagem, terá seus limites pelas potências industriais européias” (MAZZEO, 1997, p. 133).

O grupo oligárquico familiar Rosado surgiu com o poder político local em Mossoró³, com Jerônimo Rosado que deu origem ao clã mais diversificado de políticos, que comanda o município há mais de meio século. Após a democratização do país⁴, Jerônimo Dix-sept Rosado Maia, é governador do estado por um curto período e em 1951, a família dominou a economia da região com o gesso e o sal. Dinarte Medeiros Mariz, que apoiava a candidatura de Dix-sept e é tio avó de Wilma

² O Seridó do Rio Grande do Norte compõe uma importante região natural do semi-árido nordestino. As cidades que constituem a região são: Caicó, Acari, Carnaúba dos Dantas, Cerro Corá, Currais Novos, Jardim do Seridó, Lagoa Nova e Parelhas.

³ Município localizado às margens do rio Apodi-Mossoró, na região oeste do estado do Rio Grande do Norte.

⁴ Esse período se refere à chamada democracia de Dutra (46/50), quando Getúlio Vargas é deposto depois de 15 anos de ditadura.

de Faria, é eleito governador (1956/1961), era agropecuarista e comerciante de algodão em Caicó.

Os “Alves” entram no poder com a vitória de Aluizio Alves (1961/1966). Bacharel em direito, dono e fundador do jornal Tribuna do Norte⁵. Na eleição posterior apóia Valfredo Dantas Gurgel ganhando e governando em 1966/1971.

No regime militar (1964/1985) quem domina o poder político é a oligarquia dos “Maia”. Tarcísio de Vasconcelos Maia (1975/ 1979), Lavoisier Maia Sobrinho (1979/ 1983). José Agripino Maia (1986/1991) é engenheiro civil e proprietário de estações de rádio e da TV Tropical, afiliada da Rede Record em Natal. Randir Pereira de Araújo, com a renúncia do governador José Agripino assume o governo (1986/1987). Geraldo Melo, com o apoio dos Alves vence em 1987/1991, José Agripino novamente em 1991/1994, que depois deixa Vivaldo Silvino da Costa, seu vice, para disputar o Senado.

Em 1995 os “Alves” voltam ao poder com Garibaldi Alves filho ficando dois mandatos (1995/1999 – 1999/2003). Atente-se ao fato de ele era sobrinho de Aluizio Alves, além disso, o mesmo é formado em direito pela UFRN e é sócio da TV Cabugi afiliada da Rede Globo no estado.

Verificou-se que o acúmulo de riquezas e do poder no Estado do Rio Grande do Norte está relacionado às famílias oligárquicas que invariavelmente adentraram as relações políticas, como um padrão de comportamento das elites brasileiras. No entanto, essa parceria, ao longo do tempo, sofreu modificações. Ou seja, o interesse utilitário da economia em participar da política permanece, mas sob a incorporação de grupos econômicos nacionais e internacionais que desconfiguram as “velhas oligarquias”, embora sejam a as mesmas famílias mantidas no poder. Acredita-se que este acúmulo liga-se diretamente ao comércio/ indústria e aquisição de terra. Vale questionar quais as mudanças que ocorreram entre o arcaico e o moderno, pois sabemos que as oligarquias que existiram no final do século XIX e início do século XX estiverem sempre ligadas ao poder econômico e político do Estado. Todavia, os grupos modernos que dominam a política do Estado não divulgam quais as suas atividades econômicas, constituindo-se essa empreitada como o desafio para a próxima etapa da pesquisa.

Segundo o IBGE (2009) o crescimento da produção líquida de bens e serviços é um indicador básico do comportamento da economia. O PIB Per Capita “sinaliza” o

⁵ O tribuna do Norte é segundo Jornal mais antigo em circulação da cidade de Natal/ RN, desde 20 de março de 1950.

comportamento da economia ao longo do tempo, embora seja insuficiente como indicador para expressar o grau de bem estar da população, principalmente, nas circunstâncias de desigualdade da distribuição de renda.

O Instituto ainda informou que no RN, tivemos em 2007 uma população 3.013.740 habitantes, com o PIB total de R\$ 22.926.000,00 e o PIB Per Capita R\$ 7.607,00 - 3º maior do Nordeste, sendo superado apenas por Sergipe (R\$ 8.712,00) e Bahia (R\$ 7.787,00). Em 2009, tivemos uma exportação em torno de US 258.104.000 e importações de US\$ 149.907.000. O saldo comercial (US\$ 108.197.000) – é o 3º maior do Nordeste, sendo superado pelos Estados da Bahia (US\$ 2.374.848.000) e Alagoas (US\$ 711.621.000).

O rendimento médio mensal familiar per capita em reais, no RN, mostrava que apesar dos efeitos positivos dos Programas Governamentais de transferência de renda, do crescimento real - salário mínimo e do crescimento econômico com importação e exportação, ainda existia uma forte desigualdade de riqueza e renda, no Estado. Em 2009, cujo rendimento médio mensal familiar per capita dos 10% mais ricos (R\$2.584,82) foi superior 18,85 vezes ao rendimento per capita dos 40% mais pobres (R\$ 137,15)- 4ª maior concentração de rendimentos médios do Nordeste.

Portanto, pode-se afirmar que essa relação de riqueza e poder em nosso país não mudam. Além dos estudos supracitados demonstrarem isso, em uma pesquisa realizada em 2007 pela Folha de São Paulo com a Receita Federal e com o The Boston Consulting Group (BCG), na tentativa de mostrar as fortunas brasileiras e um parâmetro de riqueza verificou-se que, os poucos que participam da pesquisa costumam diminuir em 25% o valor de seus ganhos e bens. É o que afirma Gabriel Ulyssea, do Ipea "Eles temem por sua segurança". Sendo que se considera a existência de outra preocupação agravante, os donos das fortunas querem pagar menos impostos.

A relação de riqueza e pobreza poderá ser questionada da seguinte forma: em que medida o grau de riqueza, observada no país está interligada à má distribuição dos recursos existentes, a criação de políticas sociais seletivas/ excludentes, entre outros agravantes?

Não é novidade que os pobres pagam mais impostos que os ricos no Brasil, pois segundo levantamento feito pelo IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), em 2008, apresentado ao CDES (Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social) reunido em Brasília, conclui que os 10% mais pobres do país comprometem 33% de seus rendimentos em impostos, enquanto que os 10% mais ricos pagam 23%

em impostos. Os impostos indiretos, aqueles concentrados nos preços de serviços e produtos, são os que mais contribuem para o aumento dessa desigualdade.

Todavia, apesar da confirmação dos dados, o que existe em nosso país é uma democracia restrita, a qual elabora políticas sociais de cunho imediatista, que restringem os direitos sociais, não se vê a implementação e efetivação de reformas sociais que atinjam o meio rural, o urbano de forma universalista, mas apenas focalista. Políticas essas que estão em defesa da privatização, incluindo a mercantilização da previdência, da saúde, da educação, onde contribuem direta ou indiretamente para o assistencialismo.

3. CONSIDERAÇÕES CONCLUSIVAS

Os resultados preliminares até então, reafirmam as perspectivas que foram indicadas na pesquisa de que a eliminação da miséria passa pela superação do capital e, a apreensão desse processo, até para indicar as reais possibilidades dessa transformação, exigem que nos dediquemos ao esforço de apropriar os mecanismos de concentração da riqueza, posto que é o pólo determinante da desigualdade social.

Essa indicação nos parece crucial num contexto onde a gestão sobre a pobreza ganha relevância como capaz de atacar os índices de desigualdade social no Brasil. Como Moreira e Oliveira (2010) afirmam “Distribuir renda não é sinônimo de distribuir riqueza. E aqui se encontra uma das maiores limitações das políticas sociais desvinculadas de instrumentos econômicos que incidam estruturalmente sobre a concentração de renda e por conseqüência na desigualdade social”.

Assim, para o estudo das políticas públicas e avaliação do impacto sobre a redução da pobreza é constituinte os mecanismos contemporâneos de acumulação de riqueza, especialmente quanto ao que Chesnais (2003) caracteriza como uma nova fase no regime de acumulação no seio do estágio imperialista (p. 13) “com interpenetração da finança e produção que depende de uma total liberdade e ausência de constrangimento sobre o abastecimento local” (p. 53).

Para a o Rio Grande do Norte significa mapear como se processaram essas mudanças especialmente no que concerne à passagem de uma estrutura prioritariamente rural até a década de 70, com a industrialização e mecanização do campo, para os anos dois mil onde a financeirização e mundialização do capital vão possibilitar uma nova configuração na concentração de riqueza.

REFERÊNCIAS



BUENO, Almir de Carvalho. **Visões de República: idéias e práticas políticas no Rio Grande do Norte (1880-1995)**. Natal: EDUFRN 2002.

_____ (org.). **Revisitando a História do Rio Grande do Norte (coletânea)**. Natal: EDUFRN, 2009

CHESNAIS ET ALL **Uma Nova Fase do Capitalismo?** São Paulo: Xamã, 2003
(Seminário Marxista e Questões Contemporâneas).

MACÊDO, Muirakytan K. de Macêdo. **A penúltima versão do Seridó – espaço e História no regionalismo nordestino**. Natal, 1998. 200 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

MACHADO, João Batista. **Perfil da República no Rio Grande do Norte (1889-2003)** – Natal (RN): Deptº. Estadual de Imprensa, 2000.

MONTEIRO, Denise Mattos. **Introdução à história do Rio Grande do Norte – 2 ed.** – Natal/RN: Cooperativa Cultural, 2002.

MOREIRA, M.; OLIVEIRA, I. **Desigualdade Social e concentração de riqueza: algumas aproximações a partir da realidade do Rio Grande do Norte**. pp. 230/253 In BOSCHETTI ET ALL. **Capitalismo em Crise: política social e direitos**. São Paulo: Cortez, 2010.

SPINELLI, José A. **Da oligarquia Maranhão à política do Seridó – O Rio Grande do Norte na Velha República**. Natal Coleção CCHLA, 1992.

<http://correiopop.wordpress.com/2010/08/29/tres-familias-dominam-governo-e-senado-no-rio-grande-do-norte-ha-mais-de-meio-seculo/> acessado em 20/10/2010*

www.ibge.gov.br - Indicadores de Desenvolvimento Sustentável -2010. Acessado em 17/11/2010.

<http://www.fazenda.gov.br/resenhaeletronica/MostraMateria.asp?cod=389706>.
Acessado em 18/04/2011.

http://www.ipea.gov.br/005/00502001.jsp?ttCD_CHAVE=382. Acessado em 28/03/11

<http://www.dei.rn.gov.br/contentproducao/aplicacao/dei/arquivos/nosdorn/nos0906.pdf>
acessado em 23/04/11